

DOCUMENTO DE POSIÇÃO

ACCELERAR A ADOÇÃO
DAS IPSAS EM ÁFRICA:
**ARGUMENTOS A FAVOR DE
ORIENTAÇÕES PRÁTICAS DE
APLICAÇÃO**

Outubro de 2025

Enquadramento do Problema

A transição de África para a prestação de contas com base no regime de competência está bem encaminhada, mas o progresso é desigual e dificultado por uma lacuna crítica: a ausência de orientações de aplicação adaptadas ao contexto. No Fórum de Elaboradores de Normas do IPSASB de 2025, realizado em Lisboa, as delegações de África e do Médio Oriente manifestaram preocupações quanto à falta de apoio à implementação das IPSAS. Ao contrário das IFRS, em que as entidades beneficiam de recursos de implementação abrangentes, os profissionais que aplicam as IPSAS enfrentam frequentemente ambiguidades na aplicação de normas complexas a situações do mundo real. O IPSASB reconheceu esta lacuna, mas salientou as suas limitações em termos de recursos.

Esta falta de orientação tem contribuído para uma adoção lenta e uma aplicação inconsistente em todo o continente. Sem um apoio estruturado, as IPSAS correm o risco de permanecer uma aspiração técnica, em vez de uma ferramenta transformadora para a transparência fiscal e a prestação de contas. Para agravar a situação, muitos governos não mantêm registos de ativos ou debatem-se com registos incompletos, avaliação de ativos, sistemas fracos e capacidade técnica limitada.

A AAAG, em colaboração com parceiros africanos, propõe uma iniciativa coordenada para desenvolver orientações de aplicação das IPSAS. Desta forma, África poderá acelerar a adoção, reforçar a credibilidade dos relatórios e garantir que as IPSAS com base no regime de competência se tornem um motor para uma melhor gestão da dívida, gestão de ativos e prestação de serviços.

Contexto e Impacto

Em toda a África, os países encontram-se em diferentes pontos do espectro de adoção das IPSAS: alguns, como o Gana, a Nigéria, o Ruanda e a Tanzânia, avançaram para a prestação de contas inteiramente com base no regime de competência; outros, como o Quênia, o Uganda e as Maurícias, estão em transição; enquanto muitos ainda permanecem no regime de caixa.

Apesar destas diferenças, os obstáculos são surpreendentemente semelhantes. Os registos de ativos estão incompletos ou não são fiáveis. A avaliação de infraestruturas, património e ativos biológicos continua a ser um desafio técnico. Na maioria dos casos, os Sistemas de Gestão de Informação Financeira (FMIS) não estão preparados para o regime de competência. Há escassez de contabilistas e auditores do setor público com competências em práticas de contabilidade de competência, especialmente fora dos ministérios centrais. Em alguns países, leis desatualizadas ou instituições fracas podem atrasar completamente a reforma.

O resultado é uma adoção lenta e fragmentada, o que corre o risco de comprometer a credibilidade de África junto das instituições de financiamento do desenvolvimento, das agências de notação de risco e dos seus próprios cidadãos. Se não for resolvida, a série de normas IPSAS poderá permanecer no domínio teórico, em vez de se tornar uma ferramenta transformadora para a governação fiscal.

Soluções políticas

Para acelerar a adoção das IPSAS, África deve ir além das aspirações técnicas e concentrar-se em medidas práticas que tornem a implementação real e sustentável. A AAAG propõe cinco soluções interligadas:

1. Desenvolver orientações práticas de aplicação

Os adotantes e profissionais das IPSAS necessitam de orientações simples e exequíveis que traduzam as normas na prática quotidiana. Isto significa elaborar orientações de aplicação passo a passo para as normas-chave, apoiadas por conjuntos de ferramentas para o mapeamento de ativos e passivos, o alinhamento do Plano de Contas Padrão (SCOA) e os formatos de reporte. Exemplos, retirados de experiências práticas, garantirão que as orientações sejam relevantes para a realidade, em vez de regras técnicas abstratas.

2. Reforçar as capacidades e a aprendizagem entre pares

A reforma não pode ter sucesso sem profissionais qualificados que compreendam como aplicar as IPSAS. Os programas de formação regionais devem visar contabilistas, auditores e responsáveis financeiros, tanto a nível central como subnacional. Acordos entre pares, em que países como a Tanzânia, o Gana, a Nigéria e o Ruanda orientam aqueles que ainda apresentam atrasos, podem acelerar a aprendizagem. Os intercâmbios técnicos, facilitados pela AAAG e pela AUC em colaboração com o Conselho de Normas de Contabilidade do Setor Público do Quênia (PSASB-K) e o Conselho de Normas de Contabilidade da África do Sul (ASB-SA), garantirão que as soluções práticas sejam amplamente partilhadas.

3. Consolidar as IPSAS nas instituições e na legislação

Para que as reformas sejam duradouras, têm de ser institucionalizadas. Isto requer a integração das IPSAS de base actual nas leis e regulamentos de gestão das finanças públicas (PFM), que estipulam quadros de responsabilização claros e prevejam marcos de implementação. Isto garantirá que os progressos sejam monitorizados e comunicados.

4. Alinhar os sistemas com os requisitos de contabilidade de exercício

Os sistemas digitais são a espinha dorsal das finanças públicas modernas. Para viabilizar as IPSAS, os governos devem configurar o IFMIS para a prestação de contas com base no regime de competência, integrar módulos orçamentais, contabilísticos e de prestação de contas, bem como modelos automatizados que reduzam os erros manuais. Sem o alinhamento dos sistemas, mesmo as melhores orientações e formação não se traduzirão em relatórios fiáveis.

5. Elaborar o caso de negócio para as IPSAS com base no regime de competência

Por fim, os governos e os seus parceiros devem encarar as IPSAS não apenas como um exercício contabilístico, mas como um motor de uma melhor governação. A informação com base no regime de competência reforça a gestão da dívida ao registar na íntegra as responsabilidades com pensões, empréstimos e pagamentos em atraso; destaca o valor dos ativos públicos, tais como infraestruturas, escolas e hospitais; e revela o verdadeiro custo do funcionamento do Estado, permitindo decisões fiscais mais disciplinadas. A construção deste caso de negócio é fundamental para garantir o compromisso político e sustentar o ímpeto da reforma.

Conclusão

As IPSAS com base no regime de competência não são apenas um conjunto de normas contabilísticas; são um motor de credibilidade e responsabilização fiscal. No entanto, sem ferramentas práticas para orientar a implementação, muitos países correm o risco de ver as reformas estagnadas e a transparência enfraquecida.

A AAAG apela a uma iniciativa coordenada para colmatar esta lacuna, através da elaboração de orientações práticas de aplicação, do reforço de capacidades, do desenvolvimento de quadros de transição e do alinhamento de sistemas e legislação. Estas soluções específicas permitirão diretamente a adoção, acelerarão a reforma e posicionarão África como líder na gestão das finanças públicas a nível global.

Apelo à ação

África deve fazer com que as IPSAS passem de **uma aspiração para a aplicação prática**. Com as ferramentas, a formação e os quadros adequados, a adoção pode ser acelerada em todo o continente, garantindo que as IPSAS se tornem uma prática efetiva que reforce a disciplina fiscal e crie confiança nas finanças públicas.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)
Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.africa |
www.aaag.africa

Follow us on Social Media



www.AAAG.AFRICA

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL